

Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CCJR



PARECER

Matéria: Projeto de Lei n. 130/2020

DISPÕE sobre a isenção, para os servidores públicos das áreas de saúde e da segurança no âmbito do Estado do Amazonas, das tarifas para utilização de transportes coletivos municipal e intermunicipal, nos modais terrestres e aquaviários.

Autoria: Deputado (a) ÁLVARO CAMPELO

Relator: Deputado BELARMINO LINS

I – RELATÓRIO

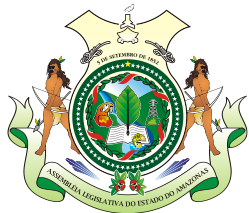
Vem a esta Comissão para exame e parecer de admissibilidade, o Projeto de Lei n. 130/2020, de autoria do Deputado Álvaro Campêlo, que tem por finalidade dispor sobre a isenção das áreas da saúde e da segurança no âmbito do Estado do Amazonas, das tarifas para utilização de transportes coletivos municipal e intermunicipal, nos modais terrestres e aquaviários.

Esta proposição tramitou na forma regimental sem interposição de emendas.

Designado Relator, nos termos regimentais, passo a emitir Parecer.

É o Relatório.





Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CCJR



II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei do nobre Deputado Álvaro Campêlo tem como finalidade dispor sobre a isenção das áreas da saúde e da segurança no âmbito do Estado do Amazonas, das tarifas para utilização de transportes coletivos municipal e intermunicipal, nos modais terrestres e aquaviários.

O autor explica em sua justificativa que o presente projeto de lei tem o intuito de garantir a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros do Estado do Amazonas, para servidores públicos das áreas da saúde e da segurança, durante o período de calamidade pública em decorrência do novo Coronavírus (covid-19).

Atualmente servidores da Secretaria de Estado de Saúde, assim como os da Segurança Pública, não estão sendo contemplados com nenhum auxílio extra durante este período de exceções, o que se torna essencial, uma vez que há intensa mobilização de servidores dessas áreas, para o exercício de suas atividades profissionais, tanto nas unidades habituais de lotação original, quanto para outros locais, para os quais serão designados a assistir à população.

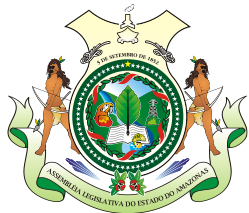
Após interpretação sistemática do Texto Constitucional com a Lei n. 13.979/20 entendo que ponto de vista da admissibilidade jurídica o projeto se encontra em harmonia para o seu regular prosseguimento.

De acordo com o princípio da isonomia previsto no artigo 5º da Lei Maior, devemos tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual na medida de suas desigualdades na forma da lei. Sabemos que os servidores das áreas da saúde e segurança pública são de fundamental importância no enfrentamento do novo coronavírus, o primeiro é aquele que se encontra nos hospitais socorrendo aqueles que necessitam de auxílio médico e o segundo responsável por manter a ordem.

Além disso, a Lei 10.282/20 (regulamenta a Lei 13.979/20) dispõe que:

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento





Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CCJR



dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;

Assim sendo, a propositura se encontra em harmonia com a Constituição Federal e Estadual para o seu regular prosseguimento na forma regimental.

III – VOTO

Pelo exposto e por não existir óbice constitucional e legal, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei n. 130/2020.

S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 10 de junho de 2020.

Deputado BELARMINO LINS
Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - 575.142.402-68 EM 20/06/2020 09:12:48
PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - 587.158.352-00 EM 18/06/2020 18:38:23
BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - 005.216.632-53 EM 16/06/2020 11:31:09



Documento 2020.10000.00000.9.013580
Data 16/06/2020



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2020.10000.00000.9.013580

Origem

Unidade: DEP. BELARMINO LINS
Enviado por: BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE
Data: 16/06/2020

Destino

Unidade: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
Aos cuidados de: HEMILLY COSTA MONTEIRO

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: PL 130/20 DEVOLVIDO A CCJR